



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

23/07/2014 ATÉ 23/07/2014



ÍNDICE

1	BLOG AQUILES EMIR	
	1.1 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	1
2	BLOG DANIEL MATOS	
	2.1 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	2
3	BLOG DO DJALMA RODRIGUES	
	3.1 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	3
4	BLOG EVAN DE ANDRADE	
	4.1 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	4
5	BLOG GENIVALDO ABREU	
	5.1 DECISÕES.....	5
6	BLOG GILBERTO LIMA	
	6.1 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	6
7	BLOG JOHN CUTRIM	
	7.1 DECISÕES.....	7
	7.2 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	8
	7.3 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	9
8	BLOG LUÍS CARDOSO	
	8.1 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	10
9	IMIRANTE.COM	
	9.1 DECISÕES.....	11
	9.2 PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	12
10	SITE 180 GRAUS	
	10.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	13
	10.2 AÇÕES TJMA.....	14
	10.3 COMARCAS.....	15
	10.4 DECISÕES.....	16
11	SITE ADVOGADO NEWS	
	11.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	17 18
	11.2 COMARCAS.....	19 20
	11.3 PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	21
12	SITE ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS - AMMA	
	12.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	22
13	SITE BRASIL 247	
	13.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	23
14	SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)	
	14.1 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	24
	14.2 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	25
15	SITE TV GUARÁ.COM	
	15.1 AÇÕES TJMA.....	26
	15.2 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	27
	15.3 COMARCAS.....	28
	15.4 DECISÕES.....	29
	15.5 PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	30
16	ÉPOCA - ONLINE	
	16.1 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	31

Justiça determina imediata recuperação de quatro unidades mistas de saúde em São Luís

O juiz Clésio Coelho Cunha, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, condenou o Município de São Luís a realizar a recuperação e a manutenção das unidades mistas de saúde do Bequimão, Itaqui-Bacanga, São Bernardo e Coroadinho, atendendo a uma Ação Civil Pública proposta pela 12ª Promotoria Especializada de Defesa da Saúde, que reivindicou reformas e adaptações, no sentido de possibilitar um adequado funcionamento de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema de Vigilância Sanitária, sanando com todas as irregularidades apontadas nos Relatórios de Inspeções. A decisão judicial pede ainda o alvará de autorização sanitário condicionada ao cumprimento de todos os requisitos técnicos referentes às instalações, máquinas, equipamentos, normas e rotinas das Unidades Mistas do Bequimão, Itaqui-Bacanga, São Bernardo e Coroadinho, tudo comprovado pela autoridade sanitária competente através de vistorias e dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de interdição cumulada com multa.

Entre os problemas da Unidade Mista do Bequimão, há falta da vigilância epidemiológica das infecções hospitalares, falta de teste biológico do processo de esterilização e necessidade de corrigir infiltrações no corredor das enfermarias. Na Unidade Mista do Coroadinho, há a necessidade de contratação de médicos pediatras para atender a necessidade de assistência nas 24 horas em todos os dias da semana para o Setor de Urgência, não há implantação da vigilância epidemiológica das infecções hospitalares. Foi detectada, ainda, a ausência de alvará sanitário para as farmácias básica e hospitalar, e a ausência de sala específica para realização de pesquisa de Hanseníase, para coleta, preparo e leitura das amostras.

O juiz cita, na sentença, o Inquérito Civil Público nº. 02/2007, pro meio do qual foi constatado o descumprimento por parte do Município de São Luís de normas sanitárias nas Unidades Mistas nas unidades mistas contempladas na decisão. Esse inquérito informa que, durante vistorias realizadas, pela Supervisão Estadual de Vigilância Sanitária em conjunto com a Promotoria da Saúde, foram constatadas diversas infrações às normas sanitárias em vigor, aptas a provocar sérios danos à saúde dos usuários do SUS, conforme Relatórios Técnicos de Inspeções e "Reinspeções" Sanitárias, bem como relatórios fotográficos, autos de infração sanitária e de intimação acostados à Inicial.

A sentença, publicada na sexta-feira (18), determinou a aplicação de multa a ser paga pelo Município de São Luís, estabelecida com base no art. 11 da Lei nº 7.347/85, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por dia de atraso no cumprimento da obrigação determinada por esse Juízo após o transcurso do prazo concedido, a ser revertida ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (art. 13 da Lei nº 7.347/85).

Prefeitura já foi notificada sobre decisão de rever reajuste de passagens e tem 48 horas para cumprí-la

A Prefeitura de São Luis já foi notificada sobre a decisão judicial na qual é obrigada a rever o índice de reajuste das tarifas do transporte coletivo. A informação é da Central de Mandados, que funciona no Fórum Desembargador Sarney Costa e recebeu o mandado devidamente assinado no final da manhã desta quarta (23). Notificada a Prefeitura tem 48 horas para cumprir a decisão. De acordo com a Central de Mandados, houve uma prioridade a essa decisão, em virtude da importância para a comunidade. Da decisão cabe recurso.

A decisão foi publicada na última sexta-feira (18) pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís e assinada pelo juiz Clésio Coelho Cunha. O magistrado determinou que reajuste da tarifa do serviço de transporte coletivo de passageiros de São Luís, concedido em 8 de junho de 2014, deve, para todas as tarifas, limitar-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado nos últimos doze meses.

Esse percentual, segundo relatório apresentado no pedido formulado pelo Ministério Público, ficaria em torno de 6,37%, bem diferente dos índices aplicados pela Prefeitura de São Luis, que foram de 14,2 a 23%. Para o MP, isso viola o ordenamento jurídico. "O aumento tarifário teria superado o dobro dos índices de inflação, sem, contudo, ter apresentado contrapartida aos usuários do sistema de transporte coletivo, no que diz respeito à qualidade do serviço público prestado", destacou o MP na ação.

Sentença

Na sentença, o magistrado afirmou: "Sendo assim, volvendo a hipótese dos autos, em juízo de cognição sumária, não se mostra razoável a elevação dos preços das tarifas aos usuários de transporte públicos em patamar acentuadamente superior à inflação apurada pelos índices oficiais, mormente pelo fato do aumento ter ocorrido em percentuais discrepantes para cada trajeto".

O juiz acolheu, em parte, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pretendida, e determinou que o reajuste da tarifa do serviço de transporte coletivo de passageiros de São Luís, concedido a partir do dia 8 de junho de 2014, deve, para todas as tarifas, limitar-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado nos últimos doze meses, impondo-se, no prazo de 48 horas a partir da notificação do réu, a revisão do valor das tarifas conforme o ora determinado, sob pena de multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais), a ser revertido ao Fundo de Direitos Difusos em caso de descumprimento.

Juiz da Ficha Limpa diz que lei não tem como retroceder

Um dos autores da Lei da Ficha Limpa, o juiz maranhense Márlon Reis, que estará lançando o livro “Nobre Deputado”, no início da noite de hoje no Fórum do Calhau, afirmou, em entrevista a este blogueiro, na Rádio Capital AM, que não há possibilidade da lei retroceder.

“Pode até faltar alguns ajustes, mas a Lei da Ficha Limpa não retrocede. Ela estabeleceu novos paradigmas na política brasileira, principalmente no Maranhão, onde vários políticos considerados de alto coturno ficaram impossibilitados de se candidatarem este ano”, afirmou o magistrado.

Na concepção de Márlon Reis, que respondeu a questionamentos de dezenas de ouvintes, tem de se corrigir alguns problemas na lei, como o fato de, na esfera municipal, quem foi condenado ainda ter possibilidade de exercer cargo de confiança.

Para o magistrado, as próprias câmaras municipais podem corrigir esta distorção, a exemplo da Assembleia Legislativa, que, através do deputado Zé Carlos da Caixa, haver criado uma lei, já sancionada pelo governo do Estado, que impossibilita quem for condenado pela Ficha Limpa a exercer qualquer cargo na esfera pública.

“O ficha suja deve ser banido da vida pública, porque ele é nocivo, não há de ter complacência para com quem é corrupto”, afirmou Márlon Reis em meio a entrevista, destacando que a lei foi elaborada por diversos segmentos da sociedade, que já estava frustrada de acompanhar tantos exemplos de corrupção na política nacional.

“Os exemplos eram muitos, como o de uma vereadora no Rio de Janeiro que foi reeleita dentro da prisão, acusada de ser integrante de uma milícia”, salientou o juiz. Para ele, faltam apenas pequenos ajustes, que podem ser feito através de uma Proposta de Emenda Constitucional.

Ele sugere inclusive uma PEC que venha a proibir o condenado pela lei do Ficha Limpa a exercer função pública em qualquer esfera de poder.

NOBRE DEPUTADO

Se já era celebridade por conta da Lei da Ficha Limpa, Márlon Reis teve sua notoriedade aumentada em função do livro “Nobre Deputado”, em que narra as peripécias nada republicanas do deputado federal Nilo Peçanha, que, pela sua voracidade junto aos cofres públicos, poderia estar na Papuda junto com o grupo dos mensaleiros.

Por conta da obra, que será lançada em São Luis nesta quarta-feira às 19 horas, no Fórum Desembargador Sarney Costa, ele foi severamente criticado por senadores, deputados federais e deputados estaduais do Maranhão.

O presidente da Câmara Federal, Henrique Eduardo Alves chegou a ocupar um horário em cadeia de rádio e televisão para defender o Parlamento e criticar o magistrado, ameaçando-o inclusive de acioná-lo junto ao

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob o argumento de que a obra era desrespeitosa para com o Congresso Nacional.

O juiz retruca: “ Escrevi o livro com base em depoimento de políticos, cujos nomes tive de omitir através de um acordo. Os relatos são reais, embora os nomes dos personagens sejam fictícios. Fui ameaçado de ser levado às barras do CNJ, mas até agora as ameaças não se configuraram”, afirma o magistrado.

TELEVISÃO

Com uma agenda bastante agitada após o lançamento do livro, que p tem levado constantemente a conceder entrevistas em canais de rádio e televisão por todo o País, Marlon Reis destaca que já recebeu convite de uma grande empresa de publicidade, que pretende fazer a adaptação do livro para um filme ou um seriado de televisão.

SÃO LUÍS - MPMA participa de projeto sobre mediação de conflitos

Atendimento da Itinerante na Casa da Justiça (UFMA) será prestado até sexta-feira, 25º Ministério Público do Maranhão, por meio da 2ª Promotoria de Justiça Itinerante, participa até sexta-feira, dia 25 de julho, do projeto "Mediando - Conselho de Mediação e Resolução de Conflitos". A iniciativa é do Tribunal de Justiça, com o apoio de instituições parceiras, e os atendimentos jurídicos são realizados na Casa de Justiça, no campus da da Universidade Federal do Maranhão. O atendimento é prestado das 8h às 12h e das 14h às 18h. De acordo com o promotor de justiça Abel José Rodrigues Neto, o objetivo é atender aos moradores da região Itaqui-Bacanga, que abrange 58 comunidades e 250 mil pessoas. A população recebe atendimento sobre questões relacionadas aos serviços públicos, como saneamento básico, transporte coletivo, saúde, educação e segurança. Os moradores têm acesso à orientação jurídica nas questões individuais, celebração de acordo entre as partes em conflito e, nos demais casos, as demandas são encaminhadas aos outros órgãos competentes. "Problemas entre vizinhos, dúvidas sobre direitos trabalhistas e investigação de paternidade foram as principais demandas no primeiro dia de atendimento", enumera o titular da 2ª Promotoria de Justiça Itinerante. Na avaliação do promotor, os bairros que compõem o Itaqui-Bacanga são carentes de serviços e de políticas públicas. "A conciliação e a tentativa de buscar respostas para as demandas coletivas e individuais é uma alternativa para evitar o crescente número de ações judiciais", destaca Rodrigues Neto. Além do promotor de justiça, a equipe do MPMA é formada pela assistente social Teodomira Reis Silva e pela assessora Anna Carolina Carneiro. Redação e foto: Johelton Gomes (CCOM-MPMA)

Prefeitura de São Luís tem nova vitória no TJ sobre o IPTU

O Tribunal de Justiça do Maranhão deferiu o pedido de suspensão de liminar requerida pelo Município de São Luís contra decisão proferida pela 1ª Vara da Fazenda Pública nos autos de um Mandado de Segurança impetrado pelas unidades residenciais do condomínio Residencial Monet, que haviam solicitado que o Município emitisse e entregasse os boletos do Imposto de Propriedade Territorial e Rural com a base de cálculo referente ao IPTU 2013, desconsiderando as atualizações cadastrais apresentadas. Sustentou o Município perante o Tribunal de Justiça que, na esfera administrativa, esses mesmos pedidos feitos pelos requeridos foram concedidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação e que foi realizado um levantamento individualizado de cada imóvel atualizando os dados contidos no Cadastro Técnico Municipal da Secretaria de Urbanismo, aproximando as informações ali contidas da realidade (elemento de fato), sem alteração direta sobre o valor. Ou seja, não houve alteração dos aspectos legais e nem majoração do tributo, mas tão somente atualização dos dados de cada imóvel. Entendeu o Tribunal de Justiça pela suspensão da liminar que havia sido concedida, "a fim de evitar o risco de grave lesão à economia pública, uma vez que o Município deixará de arrecadar tributo que poderia ser aplicado em diversas áreas em benefício da população", bem como por constatar que "a ordem pública restou abalada por indevida interferência do Judiciário na esfera de competência própria da Administração Municipal", cabendo ao ente público "atualizar os dados cadastrais, uma vez verificando que as informações contidas nos seus cadastros não mais condizem com a realidade fática". Para o Procurador Geral do Município, Marcos Braid (foto), a decisão do Tribunal de Justiça é coerente com os ditames da Constituição Federal, preservando a independência e harmonia entre os poderes e o princípio da supremacia do interesse público. Afirmou ainda que "o Município não alterou lei ou aumentou tributo, mas tão somente, valendo-se da legislação em vigor, corrigiu distorções, erros de fato existentes nos dados cadastrais de cada imóvel, o que prescinde de edição de lei". A decisão foi confirmada, unanimemente, pelo Órgão Especial.

Juiz suspende compra de iguarias pelo governo Roseana Sarney

Uma decisão liminar tomada há uma semana e divulgada nesta quarta-feira pelo juiz Clésio Coelho Cunha, de São Luiz, suspendeu judicialmente a licitação para a compra de 80 quilos de lagosta fresca, uma tonelada e meia de camarão, 750 quilos de patinhas de caranguejo, duas toneladas de peixe e cinco de carne para a residência oficial e a casa de praia da governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

A liminar atende a uma ação popular impetrada por Aristóteles Duarte Ribeiro no início do ano quando o governo decidiu adquirir os produtos. O juiz aceitou o argumento de que a licitação fere o princípio da moralidade previsto na Constituição Federal.

Segundo a decisão, o gasto previsto seria de R\$ 2,5 milhões. Após a divulgação da aquisição dos produtos e a formalização da ação popular em janeiro, a governadora suspendeu a compra dos alimentos. A decisão do juiz poderá ser apreciada pelo Tribunal de Justiça.

TJ-MA suspende liminar que havia deferido cobrança de IPTU com base de cálculo de 2013

O Tribunal de Justiça do Maranhão deferiu o pedido de suspensão de liminar requerida pelo Município de São Luís contra decisão proferida pela 1ª Vara da Fazenda Pública nos autos de um Mandado de Segurança impetrado pelas unidades residenciais do condomínio Residencial Monet, que haviam solicitado que o Município emitisse e entregasse os boletos do Imposto de Propriedade Territorial e Rural com a base de cálculo referente ao IPTU 2013, desconsiderando as atualizações cadastrais apresentadas.

Sustentou o Município perante o Tribunal de Justiça que, na esfera administrativa, esses mesmos pedidos feitos pelos requeridos foram concedidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação e que foi realizado um levantamento individualizado de cada imóvel atualizando os dados contidos no Cadastro Técnico Municipal da Secretaria de Urbanismo, aproximando as informações ali contidas da realidade (elemento de fato), sem alteração direta sobre o valor. Ou seja, não houve alteração dos aspectos legais e nem majoração do tributo, mas tão somente atualização dos dados de cada imóvel.

Entendeu o Tribunal de Justiça pela suspensão da liminar que havia sido concedida, “a fim de evitar o risco de grave lesão à economia pública, uma vez que o Município deixará de arrecadar tributo que poderia ser aplicado em diversas áreas em benefício da população”, bem como por constatar que “a ordem pública restou abalada por indevida interferência do Judiciário na esfera de competência própria da Administração Municipal”, cabendo ao ente público “atualizar os dados cadastrais, uma vez verificando que as informações contidas nos seus cadastros não mais condizem com a realidade fática”.

Para o Procurador Geral do Município, Marcos Braid, a decisão do Tribunal de Justiça é coerente com os ditames da Constituição Federal, preservando a independência e harmonia entre os poderes e o princípio da supremacia do interesse público. Afirmou ainda que “o Município não alterou lei ou aumentou tributo, mas tão somente, valendo-se da legislação em vigor, corrigiu distorções, erros de fato existentes nos dados cadastrais de cada imóvel, o que prescinde de edição de lei”.

Livro “O Nobre Deputado” será lançado hoje em São Luís

Um dos maranhenses mais respeitados nacionalmente, o juiz federal Marlon Reis, lança nesta quarta-feira (23) o livro “O Nobre Deputado” no Fórum Desembargador Sarney Costa, a partir das 19h.

O evento na ilha, estilo “talk show”, que será mediado por jornalistas, radialistas e blogueiros, ocorrerá às 19h no auditório do Fórum do Calhau (Avenida Carlos Cunha, s/n) e é aberto ao público. O titular do Blog participará do talk show do lançamento.

“Espero contar com a presença não só de amigos, mas de militantes em causas sociais, de formadores de opinião e de estudantes”, estima Reis, que considera ser engraçada e até curiosa a rotina de um político disposto a fazer tudo para alcançar e permanecer no poder.

O livro que relata de forma detalhada a manutenção no poder de um deputado federal é leitura obrigatória para quem quer saber o real funcionamento da política e da forma como dinheiro e poder se relacionam para a eleição.

Marlon Reis ficou conhecido por ter sido um dos articuladores da coleta de assinaturas para o projeto popular que resultou na Lei da Ficha Limpa. Foi o primeiro juiz a impor aos candidatos a prefeito e a vereador revelar os nomes dos financiadores de suas respectivas campanhas antes da data da eleição. É também um dos fundadores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, rede de abrangência nacional que reúne 50 das mais importantes organizações sociais brasileiras e congrega 330 comitês locais espalhados por todo o país.

Juiz suspende compra de iguarias pelo governo Roseana Sarney

Época - Uma decisão liminar tomada há uma semana e divulgada nesta quarta-feira pelo juiz Clésio Coelho Cunha, de São Luís, suspendeu judicialmente a licitação para a compra de 80 quilos de lagosta fresca, uma tonelada e meia de camarão, 750 quilos de patinhas de caranguejo, duas toneladas de peixe e cinco de carne para a residência oficial e a casa de praia da governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

A liminar atende a uma ação popular impetrada por Aristóteles Duarte Ribeiro no início do ano quando o governo decidiu adquirir os produtos. O juiz aceitou o argumento de que a licitação fere o princípio da moralidade previsto na Constituição Federal.

Segundo a decisão, o gasto previsto seria de R\$ 2,5 milhões. Após a divulgação da aquisição dos produtos e a formalização da ação popular em janeiro, a governadora suspendeu a compra dos alimentos.

A decisão do juiz poderá ser apreciada pelo Tribunal de Justiça.

TJ determina que prefeitura recupere unidades mistas de saúde de São Luís

A Justiça determinou que a Prefeitura de São Luís recupere e faça a manutenção das unidades mistas de saúde localizadas nos bairros Bequimão, Itaqui-Bacanga, São Bernardo e Coroadinho, em São Luís.

De acordo com a decisão do juiz Clésio Coelho Cunha, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, a Prefeitura de São Luís terá que apresentar, em 30 dias, alvará de autorização sanitário condicionada ao cumprimento de todos os requisitos técnicos referentes às instalações, máquinas, equipamentos, normas e rotinas das unidades mistas listadas, com aprovação da Vigilância Sanitária. Em caso de descumprimento, a pena é de interdição e pagamento de multa de R\$ 5 mil por dia.

A decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) responde a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado (MPMA), após denúncia de irregularidades feita por meio de relatórios técnicos enviados pela Vigilância Sanitária. A determinação enfatiza a necessidade de reformas e adaptações imediatas para cumprir as normas estabelecidas pela instituição, que fiscaliza as unidades de saúde.

Problemas

Na unidade mista do Bequimão, por exemplo, não existe vigilância epidemiológica de infecções hospitalares, testes biológicos dos processos de esterilização, além das infiltrações nos corredores das enfermarias. No Coroadinho, não há médicos pediatras para prestar assistência de urgência 24 horas, além da ausência de alvará sanitário para as farmácias básica e hospitalar.

"Relata o inquérito que, conforme os relatórios de inspeção e reinspeção, as unidades mistas referidas se encontram sucateadas, com funcionamento precário e deficitário em diversos setores. Relata o autor que, por diversas vezes, foi tentada a resolução do problema junto ao Município de São Luís, entretanto as reformas planejadas e os recursos despendidos não foram suficientes para atender as exigências sanitárias", argumenta o magistrado.

Ibedec não tem legitimidade para defender compradores de imóveis

SÃO LUÍS - A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) decidiu que o Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec/MA) não tem legitimidade para defender os interesses de supostos compradores de apartamentos em dois edifícios em São Luís. Por maioria de votos, os desembargadores entenderam que a instituição deveria ter a autorização individual dos adquirentes - ou dada em assembleia. Os magistrados votaram pelo não conhecimento do agravo, situação em que nem entram no mérito do recurso.

O Ibedec havia recorrido ao TJ-MA contra decisão do juízo da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, que declarou a incompetência da vara para atuar nas ações coletivas do Instituto contra a Franere, a SPE Arpoador Empreendimentos e a Decta Engenharia, por causa de atraso na entrega de imóveis dos edifícios Two Towers II e Palazzo Verona. O entendimento era de que os processos deveriam ser redistribuídos a uma das varas cíveis.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça foi pela competência da Vara de Interesses Difusos e Coletivos no recurso do processo envolvendo a Franere, por considerar que a ação versa sobre direitos individuais homogêneos. No recurso contra a Arpoador e a Decta, a PGJ não demonstrou interesse. Em sessão anterior, a desembargadora Maria da Graças Duarte (relatora) votou pelo provimento dos recursos.

O desembargador Raimundo Barros verificou ausência de autorização expressa dos substituídos nos recursos. O magistrado disse que, segundo o Supremo Tribunal Federal, a autorização estatutária genérica conferida à associação não é suficiente para legitimar a sua atuação em juízo na defesa de direitos de seus associados. Acrescentou ainda que não foi cumprido o requisito do artigo 526 do Código de Processo Civil, ou seja, não houve a juntada de cópia da petição de agravo de instrumento, juntando apenas o comprovante de interposição. O desembargador Ricardo Duailibe também votou pelo não conhecimento dos recursos.

Processos têm busca facilitada no portal do Judiciário

MARANHÃO - Informações sobre o andamento de processos na justiça de 1º e 2º graus agora podem se pesquisadas com maior agilidade no Portal do Poder Judiciário do Maranhão (www.tjma.jus.br), no campo "consulta processual", que, após ajustes, ganhou maior evidência, ocupando a área central dos sites e facilitando a busca.

Para acessar os dados sobre os processos em tramitação, o usuário deve informar se a ação está no 1º ou 2º grau de jurisdição, a comarca de origem do processo e um dos parâmetros de pesquisa - nome da parte, número do processo ou nome do advogado.

As mudanças na estrutura do portal também possibilitaram o acesso rápido aos principais serviços voltados para o cidadão, advogado, magistrado e servidor. As alterações foram pensadas e efetivadas pela Assessoria de Comunicação e pela Diretoria de Informática do TJMA, em parceria com as assessorias da Corregedoria e Esmam.

Cidadão

"O foco principal das melhorias é o serviço ao cidadão que busca a Justiça, que quer informações sobre o seu processo, de forma simples e rápida", destaca o diretor de Informática do TJMA, Jorge Henrique Oliveira.

Num menu horizontal, o jurisdicionado terá à sua disposição, clicando em "cidadão", serviços como autorização de viagens para menores, calendário forense, comarcas, conciliação, concursos, plantões, telefones, transparência (gastos dos Judiciário), Ouvidoria e Telejudiciário.

Já o advogado que acessa a página eletrônica do Judiciário, dispõe de ferramentas de atualização monetária, gerador de custas, compêndio de resoluções, Projudi, provimentos, sustentação oral, entre outros.

BUSCA REFINADA - Outra melhoria bastante aguardada por todos os públicos que acessam o Portal do Judiciário é a busca refinada dentro do site, cujo novo modelo já está em pleno funcionamento.

Ao clicar no item "busca", uma aba se expande, onde é possível preencher os campos específicos para buscar o conteúdo (termo de pesquisa) que se deseja: se em todo o portal ou por site - TJMA, CGJ-MA ou Esmam -, se por todas as áreas ou alguma específica, se por todo o conteúdo das áreas ou algum em especial. Também é possível determinar um intervalo de tempo para que a procura seja feita.

PÚBLICO INTERNO - O Portal do Judiciário garante também navegabilidade rápida ao público interno, formado pelos magistrados e servidores. Para os magistrados, basta um clique para acessar áreas como antiguidade, editais de remoção e promoção, Sentinela, webmail, ofícios circulares, provimentos entre outras opções.

Os servidores, por sua vez, têm a opção de navegar pelos sistemas Sentinela, MentoRH, processos seletivos, capacitação, webmail e outros.

Corregedoria da Justiça não terá expediente nesta sexta

Portaria 2995/2014 assinada pela corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, suspende o expediente na sede da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, nesta sexta-feira (25). Durante o período da suspensão, o prédio onde funciona o órgão passará por serviços de dedetização, trabalho que deverá se estender até o sábado.

O documento esclarece que a interrupção temporária dos serviços é válida somente para os setores cujas atividades são realizadas na sede do órgão correcional.

TJMA aumenta em 15% o número de processos julgados em 2014

A quantidade de processos julgados pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) avançou 15% no primeiro semestre de 2014, em relação ao mesmo período do ano passado, apesar do crescimento superior a 30% de novos processos distribuídos, em comparação ao ano de 2013.

As estatísticas indicam que houve um aumento de 2.998 processos julgados em relação aos primeiros seis meses do ano passado, de forma que os processos julgados superam a quantidade dos recebidos. De janeiro a junho de 2013, o Tribunal recebeu 11.279 processos e julgou 9.850. Em 2014, entraram 12.471 e foram julgados 12.848.

Comarca de Pinheiro vai suspender atendimento no próximo dia 31

A juíza Lavinia Helena Macedo Coelho, titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Pinheiro, baixou portaria na qual determina a suspensão de atendimento na comarca no dia 31 de julho. A magistrada é, também, diretora do Fórum de Pinheiro. O motivo da suspensão é a passagem pelo Dia de Santo Inácio de Loyola, padroeiro da cidade de Pinheiro.

Segundo a CGJ, a suspensão de expediente forense deve ser objeto de Portaria editada pelo magistrado, que deverá ser encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, à Chefia de Gabinete, via Digidoc.

De acordo com o parágrafo 2º do art. 83[1] do Código de Divisão e Organização Judiciárias, serão feriados forenses os sábados, feriados nacionais, segundas e terças-feiras de Carnaval, quintas e sextas-feiras Santas e o dia 8 de dezembro.

Município deve adequar centro de saúde para acesso de deficientes

O Município de São Luís terá que promover a completa adaptação do Centro de Saúde do Anjo da Guarda para permitir o acesso de pessoas com deficiência, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), mantendo condenação da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís.

A reforma deve garantir calçadas rebaixadas; rampas com inclinação adequada; banheiros adaptados; balcões acessíveis; área de circulação para cadeirantes; sinalização em Braille, sonora, tátil e direcional; figuras de relevo; piso tátil e direcional; dimensões mínimas das portas e corredores; salas de atendimento acessíveis e servidores capacitados em Libras, entre outros.

Corregedoria da Justiça não terá expediente nesta sexta

Portaria 2995/2014 assinada pela corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, suspende o expediente na sede da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, nesta sexta-feira (25). Durante o período da suspensão, o prédio onde funciona o órgão passará por serviços de dedetização, trabalho que deverá se estender até o sábado.

O documento esclarece que a interrupção temporária dos serviços é válida somente para os setores cujas atividades são realizadas na sede do órgão correcional.

Em consequência da paralisação dos serviços, ficam suspensos, na data respectiva, os prazos dos processos que tramitam nos setores da sede da Corregedoria. “Na mencionada data, ficam igualmente suspensos os prazos processuais”, diz o artigo 2º da portaria.

Nelma Sarney apresenta balanço parcial da Corregedoria da Justiça

A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, apresentou balanço do primeiro semestre das atividades da Corregedoria da Justiça do Maranhão. O relatório de atividades foi entregue durante sessão plenária do Órgão Especial realizada nesta quarta-feira (23). Dentre as principais ações, a desembargadora destaca a firme atuação da Corregedoria frente à problemática carcerária, as ações de valorização da magistratura de 1º grau e o desenvolvimento de projetos que têm aproximado o Judiciário da sociedade.

“No relatório podem ser conferidas as principais ações que realizamos nos primeiros meses de gestão. Conseguimos maior integração dos órgãos que compõem o Sistema de Justiça, levamos ações sociais para as comunidades e hoje estamos mais atentos às necessidades dos juízes e comarcas, pois utilizamos as ações de correições como uma ferramenta de acompanhamento e apoio aos juízes”, pontuou Nelma Sarney.

Foram dezenas de reuniões com órgãos que compõem o Sistema de Justiça. Várias deliberações partiram da Corregedoria, grupos de juízes passaram a dar prioridade em processos criminais, um mutirão para análise processual e outro presencial foram organizados com apoio das defensorias do Estado e da União. O resultado desse trabalho integrado está contribuindo para resolver os problemas do sistema penitenciário, imprimindo melhor gestão das ações de competência de cada órgão.

Comprovando a proposta de uma atuação mais focada na população, Nelma Sarney recebeu representantes da sociedade civil e de diversas entidades de classe de várias partes do Maranhão, que trouxeram demandas de interesse social. A Corregedoria participou intensamente do projeto Ação Global, realizado na Universidade Federal do Maranhão. Na oportunidade, a Justiça levou diversos serviços para os cidadãos, com destaque para o reconhecimento de paternidade, inscrições em casamentos comunitários, emissão de registro civil de nascimento e assistência jurídica.

INFORMAÇÃO- Com base em dados estatísticos, foi possível desenvolver ações planejadas que estão melhorando a prestação dos serviços. O conhecimento de unidades judiciais com grande demanda processual possibilitou a criação do projeto Estante Vazia, que é executado pelo Núcleo de Juízes Sentenciadores e pela Secretaria de Apoio Permanente ao 1º grau, cuja finalidade é diminuir o acervo e ao mesmo tempo organizar a unidade para prosseguir com suas atividades.

Aliada à análise dos dados, o acompanhamento feito pelos juízes durante as correições, também permite a elaboração de diagnósticos precisos, que têm contribuído para uma atuação mais voltada para suprir as carências existentes na Justiça de 1º grau. Com base nesse trabalho, ações de capacitação e treinamento de magistrados e servidores estão sendo realizadas.

Dentre os projetos desenvolvidos, destaque para o “Petição 10, Sentença 10” - que será efetivamente implementado no segundo semestre - e para o “Justiça nos Bairros”. Este último, executado inicialmente na Comarca de Imperatriz como um projeto piloto, deverá ser estendido a outras comarcas do Estado. Também foi possível a união de mais de mil casais no projeto “Casamentos Comunitários” e o início da organização para outro casamento que acontecerá em São Luís no mês de agosto e reunirá mais mil casais.

INFRAESTRUTURA- Em parceria com a Presidência do Tribunal, foi entregue o novo Fórum da Comarca de

Buriticupu, cidade localizada a 417km da capital; assim como foi instalada a Central de Inquéritos de São Luís, que em apenas três meses de funcionamento já presta um serviço de grande relevância e apoio nas ações policiais e na conclusão dos inquéritos que seguem devidamente instruídos para as respectivas varas criminais.

Visando à eficiência na prestação dos serviços de outras unidades, foram remanejadas para o Fórum de São Luís a 1ª Vara de Execuções Penais, a 2ª Vara da Infância e da Juventude, a 9ª Vara Criminal, 8º Juizado Especial Cível e a Vara Especial de Violência Contra Mulher. Todas as unidades judiciais estão funcionando com estrutura adequada, o que reflete na qualidade do serviço oferecido.

TRANSPARÊNCIA- No relatório, a desembargadora ainda destacou a política de comunicação adotada pelo órgão, que tem pautado suas ações na transparência, ética e respeito aos profissionais da imprensa, tendo como base dispositivos constitucionais e do Conselho Nacional de Justiça. Foi instituída uma nova logomarca da instituição e Assessoria de Comunicação passou a atuar como setor estratégico. As mudanças possibilitaram aumento na produção jornalística e maior inserção na mídia dos assuntos relacionados à Justiça de 1º grau.

Como presidente do Colégio de Corregedores, a desembargadora Nelma Sarney realizou o 66º encontro da entidade, que reúne corregedores dos tribunais de todo Brasil na busca de soluções para a Justiça de 1º grau.

A íntegra do Relatório de Atividades 1º Semestre de 2014 pode ser consultado no link “Arquivos Publicados”, disponível abaixo.

1ª Vara de Coroaatá realiza Mutirão de Audiências

Segue até a próxima sexta-feira (25), o Mutirão de Audiências organizado pela 1ª Vara da Comarca de Coroaatá. De acordo com a juíza Josane Farias Braga, titular da unidade judicial, 203 processos estão na pauta das atividades, que se iniciaram no último dia 21.

“Estou realizando uma semana de mutirão de audiências e sentenças aqui na 1ª Vara da Comarca de Coroaatá. Todos os processos constantes na agenda do mutirão são referentes ao rito sumário e ordinário da Vara Cível. Está sendo realizado apenas com a participação dos servidores da Vara, sob minha coordenação”, destacou Josane Braga.

A maioria dos processos refere-se a demanda de empréstimos consignados de benefícios previdenciários. Há também diversos processos em face de empresas prestadoras de serviços públicos essenciais e indenização por danos morais. “No que se refere às audiências realizadas nos dias 21 e 22 de julho, foram realizados 8 acordos. Quanto aos demais processos, a maioria o Banco pediu diligências, mas foram sentenciados 15 processos em banca”, esclareceu a juíza.

Mutirões - Recentemente, em abril deste ano, foi realizado um mutirão juntando a 1ª e a 2ª vara de Coroaatá, o qual contemplou ações cíveis e criminais. Coordenada pelos juízes Josane Araújo Farias Braga (1ª vara) e Francisco Ferreira de Lima (2ª vara), a ação conta com a colaboração dos juízes João Paulo Melo (São Luiz Gonzaga), Rogério Monteles da Costa (Juizado Especial Cível e Criminal de Timon), e Daniela de Jesus Bonfim (Timbiras).

“É interessante frisar que este não é o primeiro mutirão dessa natureza. Nós estamos sempre realizando ações no sentido de agilizar o andamento dos processos que tramitam aqui na vara”, destacou Josane Braga.

Ações especiais movimentam Fórum de Caxias

A diretoria do Fórum Desembargador Arthur Almada Lima, em Caxias, realizou uma ação especial na última semana, tendo como público os homens que prestam serviços na comarca. O evento foi uma alusão à passagem pelo Dia do Homem e foi uma iniciativa que contou com o apoio das secretarias das varas do fórum caxiense.

Além do coquetel especial, foram realizadas diversas ações de medidas preventivas na área da saúde, entre as quais: vacinação contra a gripe e febre amarela. A homenagem aconteceu no Salão do Júri do Fórum.

Além dos servidores, o evento contou com uma palestra especial ministrada pela juíza Marcela Lobo, titular da 5ª Vara de Caxias. A juíza abordou a problemática da violência familiar, com o tema “Violência Doméstica e o papel do homem como agente de mudanças”.

Na temática abordada, Marcela Lobo enfatizou a nova percepção do homem nos desafios de minimizar a violência, humanizar as relações e aproximar o Poder Judiciário da população.

Além da juíza, estiveram presentes ao evento todos os juízes da Comarca de Caxias.

Ferramenta agiliza busca processual no Portal do Judiciário

Informações sobre o andamento de processos na justiça de 1º e 2º graus agora podem se pesquisadas com maior agilidade no Portal do Poder Judiciário do Maranhão (www.tjma.jus.br), no campo “consulta processual”, que, após ajustes, ganhou maior evidência, ocupando a área central dos sites e facilitando a busca.

Para acessar os dados sobre os processos em tramitação, o usuário deve informar se a ação está no 1º ou 2º grau de jurisdição, a comarca de origem do processo e um dos parâmetros de pesquisa - nome da parte, número do processo ou nome do advogado.

As mudanças na estrutura do portal também possibilitaram o acesso rápido aos principais serviços voltados para o cidadão, advogado, magistrado e servidor. As alterações foram pensadas e efetivadas pela Assessoria de Comunicação e pela Diretoria de Informática do TJMA, em parceria com as assessorias da Corregedoria e Esmam.

CIDADÃO - “O foco principal das melhorias é o serviço ao cidadão que busca a Justiça, que quer informações sobre o seu processo, de forma simples e rápida”, destaca o diretor de Informática do TJMA, Jorge Henrique Oliveira.

O assessor-chefe de Comunicação da Presidência do TJMA, Antonio Carlos de Oliveira explica que o projeto está alinhado ao foco da gestão da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.

Num menu horizontal, o jurisdicionado terá à sua disposição, clicando em “cidadão”, serviços como autorização de viagens para menores, calendário forense, comarcas, conciliação, concursos, plantões, telefones, transparência (gastos dos Judiciário), Ouvidoria e Telejudiciário.

Já o advogado que acessa a página eletrônica do Judiciário, dispõe de ferramentas de atualização monetária, gerador de custas, compêndio de resoluções, Projudi, provimentos, sustentação oral, entre outros.

BUSCA REFINADA - Outra melhoria bastante aguardada por todos os públicos que acessam o Portal do Judiciário é a busca refinada dentro do site, cujo novo modelo já está em pleno funcionamento.

Ao clicar no item “busca”, uma aba se expande, onde é possível preencher os campos específicos para buscar o conteúdo (termo de pesquisa) que se deseja: se em todo o portal ou por site - TJMA, CGJ-MA ou Esmam -, se por todas as áreas ou alguma específica, se por todo o conteúdo das áreas ou algum em especial. Também é possível determinar um intervalo de tempo para que a procura seja feita.

PÚBLICO INTERNO - O Portal do Judiciário garante também navegabilidade rápida ao público interno, formado pelos magistrados e servidores. Para os magistrados, basta um clique para acessar áreas como antiguidade, editais de remoção e promoção, Sentinela, webmail, ofícios circulares, provimentos entre outras opções.

Os servidores, por sua vez, têm a opção de navegar pelos sistemas Sentinela, MentoRH, processos seletivos, capacitação, webmail e outros.

Entidades discutem combate à violência e criminalidade em São Luís

Representantes de diversas entidades com atuação no combate à violência e garantia de direitos reuniram-se na manhã desta terça-feira (22), no Salão de Eventos da AMMA (Calhau), para discutir o tema 'Violência e Criminalidade: compreendendo os caminhos da pacificação'. O encontro é uma iniciativa do juiz da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, com o objetivo de fazer um diagnóstico da situação de violência e criminalidade em São Luís e, por meio de uma articulação entre os órgãos envolvidos, construir um plano de atuação na busca de soluções.

O juiz Fernando Mendonça explicou que ao longo do tempo houve uma quebra de comunicação entre as diversas instituições que atuam no combate à criminalidade, como a Justiça Criminal e a Polícia, e que a proposta é construir espaços de articulação entre os órgãos envolvidos. Segundo ele, esse processo teve início com o Fórum Estadual da Justiça Criminal, realizado em setembro do ano passado, envolvendo o Tribunal de Justiça do Maranhão, a Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e a Associação dos Magistrados.

Seguindo a metodologia proposta no início da reunião, cada participante expôs a atuação de sua instituição, apresentando ideias e sugestões. A presidente da Associação Comercial do Maranhão, Luzia Helena Rezende, falou da preocupação permanente da ACM em buscar parcerias com o sistema de segurança para soluções aos entraves causados pela violência e criminalidade que, segundo ela, tem impacto direto no setor empresarial.

Em sua fala, o conselheiro do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE-MA), Ted Lago, falou da atuação do Observatório Social de São Luís, que faz um diagnóstico da qualidade de vida da cidade, por meio de indicadores como educação, saúde, assistência social, cultura, acesso à justiça, entre outros. Conforme Ted, a violência surge de conflitos comuns e é necessário um maior envolvimento por parte dos municípios na fixação de políticas públicas de Estado.

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, defendeu a ampliação do grupo para firmar novas parcerias, com a participação de mais instituições, na busca de alternativas à violência e criminalidade. Ele defendeu uma atuação conjunta de cada instituição presente.

O relato de dificuldades feito pelos representantes de entidades apontou que em diversos pontos as falhas no sistema de combate à criminalidade poderiam ser sanadas ou evitadas se houvesse uma maior atuação por parte do Executivo e ainda uma comunicação entre os órgãos que compõem o sistema. O presidente da Associação dos delegados de Polícia do Maranhão (Adepol), Marconi Chaves Lima, falou, por exemplo, que a capacidade operacional das delegacias está reduzida.

No entendimento do presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, o mais importante é criar uma relação institucional entre as entidades para pressionar as autoridades na busca de soluções efetivas. Sobre o combate à criminalidade, ele falou que a sociedade muitas vezes não tem a percepção do trabalho realizado por cada entidade, sobretudo o Judiciário. "A percepção que a sociedade tem do Judiciário é absolutamente negativa", enfatizou o magistrado, citando que a visão da Justiça no senso comum é de lentidão, de que "a polícia prende e a justiça solta".

De acordo com Gervásio Santos, um instrumento de pressão é promover audiência para tratar de políticas de

prevenção e combate. O presidente da AMMA disse ainda que a entidade está à disposição para contribuir com o trabalho conjunto do grupo.

Ao final, o juiz Fernando Mendonça se comprometeu a sistematizar toda a discussão realizada para que, num segundo momento, cada instituição possa se manifestar com sugestões para a elaboração de um plano de atuação.

Participaram da reunião, além dos magistrados, a presidente da Associação Comercial do Maranhão, Luzia Helena Rezende; o conselheiro do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE-MA), Ted Lago; o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa; o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Maranhão (Adepol), Marconi Chaves Lima, e os diretores José Maria Melônio Filho e Márcio Fábio Dominici; o conselheiro do Senai, Celso Gonçalo, representando a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema); o presidente da Associação de Jovens Empreendedores (AJE-MA), Cláudio Gomes; o delegado de polícia, Augusto Barros Neto; e o representante da Prefeitura de São Luís, Luiz Fernando Cardoso.

APROVADO REGIMENTO DO CONSELHO PENITENCIÁRIO NO MA

Em reunião com representantes do Comitê Gestor de Ações Integradas, foi aprovado o Regimento do Conselho Penitenciário, ratificado por MP assinada pela governadora Roseana Sarney (PMDB); até o final deste ano, serão abertas, em todo o Maranhão, mais de 2.200 novas vagas com construções, reformas e ampliações de presídios; também entrará em funcionamento na Região Metropolitana, até meados de agosto, o Sistema de Monitoramento Eletrônico, que disponibilizará, de imediato, 400 tornozeleiras ao Poder Judiciário
22 DE JULHO DE 2014 ÀS 17:20

Governo do Maranhão - Em reunião com representantes do Comitê Gestor de Ações Integradas, foi aprovado o Regimento do Conselho Penitenciário, ratificado por MP assinada pela governadora Roseana Sarney (PMDB).

Desde a criação do Comitê, instalado pelo Governo do Maranhão em conjunto com o Ministério da Justiça e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foi aprovado o Regimento do Conselho Penitenciário, muitos avanços foram alcançados na melhoria do sistema penitenciário, a exemplo da nomeação de 101 novos agentes penitenciários aprovados em concurso público; a implantação de um plano integrado de inteligência prisional; a construção de nove novas unidades prisionais; a reforma e ampliação de outros três presídios; a implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico; a realização de mutirões periódicos da Defensoria Pública com o apoio do TJ e do MP.

Até o final deste ano, serão abertas, em todo o Maranhão, mais de 2.200 novas vagas com construções, reformas e ampliações de presídios. Além disso, entrará em funcionamento na Região Metropolitana, até meados de agosto, o Sistema de Monitoramento Eletrônico, que disponibilizará, de imediato, 400 tornozeleiras ao Poder Judiciário, fruto do convênio com o MJ por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). A meta é ampliar esse quantitativo para 1 mil unidades.

Em decorrência da crise no sistema carcerário, foi prorrogada por mais dois meses a permanência da Força Nacional do Maranhão.

Leia, abaixo, a matéria do 247 publicada, neste terça-feira (21):

O governo federal decidiu que a Força Nacional continuará até o dia 30 de setembro no Maranhão. Os militares trabalham no apoio a revistas, atendimento a ocorrências de alta complexidade nas unidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e rondas noturnas no local. O sistema carcerário do estado está em crise. Só em 2014, foram 16 mortos - 12 em Pedrinhas, e 60 no ano passado.

A Força Nacional está no complexo desde outubro do ano passado. Os policiais chegaram a São Luís após uma rebelião que nove mortos e pelo menos 20 detentos ficaram feridos, o que levou o governo maranhense a decretar estado de emergência.

Um dos principais problemas do sistema carcerário maranhense é a superlotação. De acordo com o Executivo estadual, o estado possui 6.531 presos, sendo que 5.118 estão em prisões e 1.413 em delegacias. No entanto, o déficit de vagas no Maranhão é superior a três mil.

Conciliação no MA

A Universidade Federal do Maranhão e o Tribunal de Justiça do estado promovem, até sexta-feira (25/7), a semana de conciliação itinerante na região Itaqui-Bacanga, em São Luís. Poderão ser resolvidos casos de pedidos de pensão, reconhecimento de paternidade, divórcio, disputa por posse de bens e débitos fiscais. A conciliação é aberta mesmo a que não tem um processo aberto.

Julgamentos mais rápidos estabilizam número de presos no Maranhão

O sistema carcerário do Maranhão possui, atualmente, 6.531 presos, sendo que 5.118 estão em prisões e 1.413 em delegacias, de acordo com relatório divulgado nesta sexta-feira (18/7) pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Segundo o coordenador-executivo da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal do Poder Judiciário (UMF), Ariston Apoliano (foto), esse número de presos se manteve estável no estado no primeiro semestre. Isso aconteceu por dois motivos: delegacias estão sendo transformadas em presídios e está acontecendo o controle do sistema de julgamentos e processos.

“Está caindo o número de presos em delegacias porque elas estão virando unidades prisionais. Aí, essa estatística vai para os presídios. Desde o ano passado, foram cinco transformadas em presídios e há projetos para mais se transformarem. Temos 220 delegacias, sendo que 98 possuem presos”, afirma.

Segundo o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da UMF, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o controle processual e dos julgamentos feitos pelos juízes têm dado resultado porque o controle passou a ser mensal. “A taxa de encarceramento tem sido mantida porque estamos com o controle mensal do sistema de julgamento de processos e dos presos provisórios que aguardam julgamento. No último mutirão carcerário, fizemos cerca de 60 solturas. Isso indica que os processos estão tramitando e sendo julgados pelos juízes no tempo certo”, afirma.

Intervenção federal

O sistema carcerário do Maranhão também tem sido notícia no país por causa do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. Somente no ano passado, 60 presos morreram no local, o que levou o estado a ser denunciado na Organização dos Estados Americanos (OEA) por entidades brasileiras de defesa dos direitos humanos. Muitas das mortes foram por esgarçamento e decapitação.

Neste ano, o Maranhão já tem 16 mortos em presídios, sendo 12 em Pedrinhas. Desde o fim do ano passado, a Procuradoria-Geral da República estuda se pedirá intervenção federal no estado.

Mas nesta sexta-feira (18/7), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, adiantou que um eventual pedido de intervenção não vai resolver os problemas da penitenciária. Ele informou que está monitorando a situação e que só vai protocolar um pedido no Supremo Tribunal Federal se houver omissão do governo maranhense. Segundo o procurador, a administração local está cumprindo os acordos firmados com o Conselho Nacional de Justiça e com Conselho Nacional do Ministério Público para reduzir a superlotação e evitar mais mortes.

“Não existe solução mágica. Não temos uma solução que, de um dia para o outro, venha resolver aquela questão. São medidas de curto, médio e longo prazos. O que eu quero é evitar e que a omissão volte. Se eu entrar agora com o pedido de intervenção, eu posso melhorar essa questão?”, questionou o procurador. A resposta é “não”, disse ele.

Para visualizar matéria completa, acesse o site.

TJ aumenta em 15% o número de processos julgados em 2014

A quantidade de processos julgados pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) avançou 15% no primeiro semestre de 2014, em relação ao mesmo período do ano passado, apesar do crescimento superior a 30% de novos processos distribuídos, em comparação ao ano de 2013.

As estatísticas indicam que houve um aumento de 2.998 processos julgados em relação aos primeiros seis meses do ano passado, de forma que os processos julgados superam a quantidade dos recebidos. De janeiro a junho de 2013, o Tribunal recebeu 11.279 processos e julgou 9.850. Em 2014, entraram 12.471 e foram julgados 12.848.

Com o crescimento na quantidade de processos, a produtividade dos desembargadores se manteve em 103,02%, superando a distribuição e a média nacional definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que sejam julgados no mínimo 90% da quantidade de processos distribuídos.

Para a diretora Judiciária do TJMA, Denise Batista, contribuíram para esse crescimento o investimento em modernização, aperfeiçoamento de servidores e a padronização de rotinas administrativas nos setores envolvidos.

“Nos últimos anos foram adotadas muitas medidas de melhoria e aprimoramento da atividade jurisdicional”, diz a diretora.

Do Tribunal de Justiça.

Vai participar do casamento comunitário e tem dúvidas? Veja os esclarecimentos!

Publicado em Maranhão Terça, 22 Julho 2014

A Corregedoria Geral da Justiça, através da Divisão de Correições e Inspeções, está divulgando alguns esclarecimentos para os noivos que vão participar do Projeto Casamentos Comunitários, cuja cerimônia está marcada para o dia 9 de agosto. O casamento está marcado para as 17h, no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), localizado na Avenida dos Portugueses, Bairro Bacanga. Juízes da capital e de comarcas do interior devem ser convidados para auxiliar na celebração.

Quanto ao horário da solenidade, a CGJ reforça que os noivos devem atentar para o horário de chegada ao local do casamento, pontualmente às 15h, duas horas antes do início da cerimônia, a fim de que sejam agilizados a localização do processo e a acomodação do casal.

A apresentação de documentos no dia do casamento não é necessária, apenas o informe dos nomes dos noivos para que seja feita a conferência. Sobre a roupa não há restrição, sendo de livre escolha por parte dos noivos. Outra dúvida constante é se os noivos devem comparecer a algum cartório antes do casamento. A resposta é não, exceto se contatados. A orientação é que o número de convidados é que cada casal participante leve no máximo duas pessoas, em função da ambientação das instalações.

A CGJ informa, ainda, que não é necessária a presença de testemunhas. Sobre alguns serviços, haverá espaços especiais, como um salão para retocar a maquiagem das noivas e um local para que os casais possam tirar fotos, com bolo de casamento confeitado.

A Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte, Polícia Militar, Cemar e Corpo de Bombeiros estão entre os órgãos que darão suporte ao evento. Empresas e comerciantes locais também estão sendo convidados a firmar parceria, doando brindes a ser sorteados entre os noivos.

Da Corregedoria de Justiça.

Justiça realiza mutirão de audiências em Coroatá

Segue até a próxima sexta-feira (25), o Mutirão de Audiências organizado pela 1ª Vara da Comarca de Coroatá. De acordo com a juíza Josane Farias Braga, titular da unidade judicial, 203 processos estão na pauta das atividades, que se iniciaram no último dia 21.

“Estou realizando uma semana de mutirão de audiências e sentenças aqui na 1ª Vara da Comarca de Coroatá. Todos os processos constantes na agenda do mutirão são referentes ao rito sumário e ordinário da Vara Cível. Está sendo realizado apenas com a participação dos servidores da Vara, sob minha coordenação”, destacou Josane Braga.

A maioria dos processos refere-se a demanda de empréstimos consignados de benefícios previdenciários. Há também diversos processos em face de empresas prestadoras de serviços públicos essenciais e indenização por danos morais. “No que se refere às audiências realizadas nos dias 21 e 22 de julho, foram realizados 8 acordos. Quanto aos demais processos, a maioria o Banco pediu diligências, mas foram sentenciados 15 processos em banca”, esclareceu a juíza.

Mutirões - Recentemente, em abril deste ano, foi realizado um mutirão juntando a 1ª e a 2ª vara de Coroatá, o qual contemplou ações cíveis e criminais. Coordenada pelos juízes Josane Araújo Farias Braga (1ª vara) e Francisco Ferreira de Lima (2ª vara), a ação conta com a colaboração dos juízes João Paulo Melo (São Luiz Gonzaga), Rogério Monteles da Costa (Juizado Especial Cível e Criminal de Timon), e Daniela de Jesus Bonfim (Timbiras).

“É interessante frisar que este não é o primeiro mutirão dessa natureza. Nós estamos sempre realizando ações no sentido de agilizar o andamento dos processos que tramitam aqui na vara”, destacou Josane Braga. Do Tribunal de Justiça.

Justiça determina adequação de centro de saúde para acesso de deficientes

O Município de São Luís terá que promover a completa adaptação do Centro de Saúde do Anjo da Guarda para permitir o acesso de pessoas com deficiência, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), mantendo condenação da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís.

A reforma deve garantir calçadas rebaixadas; rampas com inclinação adequada; banheiros adaptados; balcões acessíveis; área de circulação para cadeirantes; sinalização em Braille, sonora, tátil e direcional; figuras de relevo; piso tátil e direcional; dimensões mínimas das portas e corredores; salas de atendimento acessíveis e servidores capacitados em Libras, entre outros.

A condenação se deu em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MP) em 2010, informando ter instaurado inquérito civil para verificar se as clínicas e hospitais públicos e particulares se encontravam adaptados para receberem pessoas com deficiência.

Uma vistoria teria constatado a falta de condições do Centro de Saúde do Anjo da Guarda, comprovando a omissão do Município em cumprir as normas que tutelam os direitos da pessoa com deficiência, mesmo após notificação do Ministério Público.

O Município recorreu alegando que a obrigação imposta na sentença representa uma inversão de poderes, por se tratar de assunto de caráter discricionário, a critério da Administração. Afirmou que possui todo interesse em realizar as referidas adaptações, requerendo a concessão do prazo de 365 dias para início das obras e de prazo para a conclusão.

O relator do recurso, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, considerou a questão de relevância social, por buscar direitos basilares presentes na Constituição Federal, como o da isonomia e dignidade da pessoa humana. Para ele, a situação se reveste dos requisitos que autorizam o controle jurisdicional de políticas públicas: natureza constitucional; correlação entre a política e direitos fundamentais e prova da omissão injustificada da Administração.

“Entendo que a obrigação de fazer imposta ao Município não ofende a independência dos Poderes, na medida em que qualquer ato administrativo, comissivo ou omissivo, que cause dano, está sujeito à apreciação do Poder Judiciário”, ressaltou Guerreiro Júnior.

O magistrado também manteve o entendimento da sentença que fixou multa diária de R\$ 1 mil, a partir de 17 de maio de 2011, data em que expirou o prazo celebrado em acordo para cumprimento da obrigação. Do Tribunal de Justiça.

Ferramenta agiliza busca processual

Informações sobre o andamento de processos na justiça de 1º e 2º graus agora podem se pesquisadas com maior agilidade no Portal do Poder Judiciário do Maranhão (www.tjma.jus.br), no campo “consulta processual”, que, após ajustes, ganhou maior evidência, ocupando a área central dos sites e facilitando a busca.

Para acessar os dados sobre os processos em tramitação, o usuário deve informar se a ação está no 1º ou 2º grau de jurisdição, a comarca de origem do processo e um dos parâmetros de pesquisa - nome da parte, número do processo ou nome do advogado.

As mudanças na estrutura do portal também possibilitaram o acesso rápido aos principais serviços voltados para o cidadão, advogado, magistrado e servidor. As alterações foram pensadas e efetivadas pela Assessoria de Comunicação e pela Diretoria de Informática do TJMA, em parceria com as assessorias da Corregedoria e Esmam.

CIDADÃO - “O foco principal das melhorias é o serviço ao cidadão que busca a Justiça, que quer informações sobre o seu processo, de forma simples e rápida”, destaca o diretor de Informática do TJMA, Jorge Henrique Oliveira.

O assessor-chefe de Comunicação da Presidência do TJMA, Antonio Carlos de Oliveira explica que o projeto está alinhado ao foco da gestão da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.

Num menu horizontal, o jurisdicionado terá à sua disposição, clicando em “cidadão”, serviços como autorização de viagens para menores, calendário forense, comarcas, conciliação, concursos, plantões, telefones, transparência (gastos dos Judiciário), Ouvidoria e Telejudiciário.

Já o advogado que acessa a página eletrônica do Judiciário, dispõe de ferramentas de atualização monetária, gerador de custas, compêndio de resoluções, Projudi, provimentos, sustentação oral, entre outros.

BUSCA REFINADA - Outra melhoria bastante aguardada por todos os públicos que acessam o Portal do Judiciário é a busca refinada dentro do site, cujo novo modelo já está em pleno funcionamento.

Ao clicar no item “busca”, uma aba se expande, onde é possível preencher os campos específicos para buscar o conteúdo (termo de pesquisa) que se deseja: se em todo o portal ou por site - TJMA, CGJ-MA ou Esmam -, se por todas as áreas ou alguma específica, se por todo o conteúdo das áreas ou algum em especial. Também é possível determinar um intervalo de tempo para que a procura seja feita.

PÚBLICO INTERNO - O Portal do Judiciário garante também navegabilidade rápida ao público interno, formado pelos magistrados e servidores. Para os magistrados, basta um clique para acessar áreas como antiguidade, editais de remoção e promoção, Sentinela, webmail, ofícios circulares, provimentos entre outras opções.

Os servidores, por sua vez, têm a opção de navegar pelos sistemas Sentinela, MentoRH, processos seletivos, capacitação, webmail e outros.

Juiz suspende compra de iguarias pelo governo Roseana Sarney

LEONEL ROCHA

23/07/2014 16h05

Uma decisão liminar tomada há uma semana e divulgada nesta quarta-feira pelo juiz Clésio Coelho Cunha, de São Luiz, suspendeu judicialmente a licitação para a compra de 80 quilos de lagosta fresca, uma tonelada e meia de camarão, 750 quilos de patinhas de caranguejo, duas toneladas de peixe e cinco de carne para a residência oficial e a casa de praia da governadora do Maranhão, Roseana Sarney. A liminar atende a uma ação popular impetrada por Aristóteles Duarte Ribeiro no início do ano quando o governo decidiu adquirir os produtos. O juiz aceitou o argumento de que a licitação fere o princípio da moralidade previsto na Constituição Federal. Segundo a decisão, o gasto previsto seria de R\$ 2,5 milhões. Após a divulgação da aquisição dos produtos e a formalização da ação popular em janeiro, a governadora suspendeu a compra dos alimentos. A decisão do juiz poderá ser apreciada pelo Tribunal de Justiça.